

## **AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Aprovado pelos representantes do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas no Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, em 25 de agosto de 2022 em Foz do Iguaçu/PR.

### **1. Objetivo**

O presente documento tem por objetivo fornecer subsídios para o fortalecimento e a implementação da política e da gestão integrada de recursos hídricos, fundamentais para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado de São Paulo.

### **2. Momento atual: água como fator de desenvolvimento**

Os recursos hídricos e os serviços associados ao seu uso sustentam os esforços de direito humano à água, crescimento econômico, sustentabilidade ambiental, segurança alimentar e energética, sendo fundamentais para a erradicação da pobreza em face às desigualdades existentes em acesso, disponibilidade e qualidade desse bem público.

A água, enquanto recurso natural, deve ser utilizada de forma justa e coerente, com equilíbrio entre disponibilidade e demanda, de modo a evitar conflitos por seu uso. Suas características de bem jurídico, econômico e social, associadas à sua natureza de recurso natural limitado, de domínio público e dotado de valor econômico, requerem uma gestão eficiente e adequada, capaz de enfrentar e reduzir riscos e ocorrências de eventos extremos, tais como secas, inundações, enxurradas, entre outros.

A vulnerabilidade dos principais mananciais regionais do Estado de São Paulo, evidenciada na crise hídrica de 2014-2015 e nos últimos dois anos, evidenciou os riscos existentes para a garantia de oferta de água, em quantidade e qualidade, para o pleno atendimento da população e dos setores produtivos. A insegurança hídrica pode conduzir à deterioração da saúde pública e à estagnação do desenvolvimento econômico do Estado.

Para que sejam evitadas novas crises de abastecimento, faz-se necessária uma gestão da água desenvolvida a partir de uma visão integrada, que busque avaliar as soluções tecnológicas, econômicas e ecológicas disponíveis, a fim de compatibilizar a disponibilidade da água com suas respectivas demandas.

Deve-se promover a integração das políticas públicas governamentais envolvidas, direta e indiretamente, na exploração das reservas hídricas, estabelecendo ações planejadas e executadas em conjunto, decorrentes de processos criteriosos de planejamento do uso e da conservação dos mananciais, bem como na gestão da demanda e redução de desperdícios.

Em suma, o incremento da segurança hídrica é garantia de desenvolvimento. Para tanto, é preciso a consolidação e o aprimoramento dos processos de governança dos recursos hídricos.

### **3. Contextualização**

A Política Estadual de Recursos Hídricos, aprovada pela Lei Estadual nº 7.663/1991, constitui o elemento central do arcabouço normativo que orienta a gestão dos recursos hídricos no Estado de São Paulo.

Instituiu os princípios da participação, integração e descentralização como norteadores da gestão de águas paulista. Estabeleceu a cobrança pelo uso da água, a outorga de direito de uso, o plano estadual e os planos de bacia hidrográfica e a atuação fiscalizadora do Estado, como instrumentos que, implementados, deverão garantir água em qualidade e quantidade para as atuais e futuras gerações. Criou instâncias participativas – os comitês de bacias hidrográficas e o conselho estadual de recursos hídricos – para figurarem como espaços para o planejamento e a gestão de conflitos, bem como para decidirem sobre a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).

Durante os 30 anos que se sucederam à sua criação, houve avanços significativos. Implantaram-se os comitês de bacias. Operacionalizou-se a distribuição de recursos do FEHIDRO. Iniciou-se a cobrança pelo uso da água em praticamente todo o Estado. Consolidou-se o instrumento da outorga de direito de uso e a formalização do acesso à água. Organizaram-se redes de monitoramento da qualidade e da quantidade dos corpos hídricos. Estruturou-se o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH).

Nos mesmos 30 anos, contudo, desafios se acumularam no caminho: as dificuldades para o aperfeiçoamento de instituições e pessoas; a coesão entre os entes do sistema; a valorização e a atração, nos espaços participativos, dos principais atores envolvidos no uso e conservação dos recursos hídricos; e a incorporação de avanços tecnológicos e capacidade gerencial para lidar com os eventos extremos.

O Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas, nesse contexto, promoveu discussões para identificar ações estratégicas e apresentá-las à gestão do Executivo paulista de 2023-2026 como sugestões que possibilitam a maximização de conquistas e o enfrentamento dos desafios hoje presentes apresentadas para a implementação efetiva da Política Estadual de Recursos Hídricos e para o SIGRH.

### **4. Ações estratégicas propostas**

#### *4.1. Gestão*

- Reformular e modernizar a estrutura das instituições estaduais responsáveis pelo gerenciamento do uso da água, dos colegiados e das agências de bacias hidrográficas, integrando funções de planejamento, monitoramento e controle, com diretriz voltada à mitigação e à adaptação da crise climática, aumentando a transparência e o fluxo de informações para a sociedade;
- Fortalecer a atuação das instâncias colegiadas (Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH e Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs) por meio da capacitação permanente de seus membros, da identificação e atração de atores relevantes e da garantia de efetivação das suas decisões;
- Valorizar o capital humano do SIGRH, promovendo o desenvolvimento de recursos humanos das instituições públicas responsáveis pela gestão dos recursos hídricos, por meio de incentivos à atração e retenção de talentos, do aprimoramento profissional e da realização de concursos públicos para recomposição da capacidade de atuação;
- Estabelecer cooperação técnica e institucional entre os órgãos gestores de recursos

hídricos (Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB), as Agências de Bacias Hidrográficas e outros entes do SIGRH, visando fortalecer a implementação e a eficácia dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, com atuação integrada e incorporação de novas tecnologias;

- Revisar e aperfeiçoar o atual modelo de Agência de Bacia Hidrográfica, garantindo as condições para o cumprimento de suas atribuições legais e o efetivo suporte ao funcionamento dos CBHs paulistas.

#### *4.2. Planejamento*

- Promover a integração da Política Estadual de Recursos Hídricos com as políticas públicas correlatas (Saneamento Básico, Mudanças Climáticas, Energia, Agronegócio, Desenvolvimento Econômico, Uso e Ocupação de Solo, entre outras), visando o planejamento integrado nas bacias hidrográficas;
- Definir estratégias para incorporar, no planejamento e ações dos órgãos colegiados e centrais do SIGRH, o tema “mudanças climáticas”, com vistas à proposição de medidas e instrumentos de adaptação, mitigação e contingência, com foco no desenvolvimento regional e na proteção de populações vulneráveis;
- Integrar as políticas e planos estaduais de recursos hídricos e de saneamento básico, prevendo a utilização de metas e indicadores em comum, relacionados à melhoria da qualidade das águas e da eficiência dos seus usos;

#### *4.3. Financiamento*

- Reestruturar o processo de gestão do FEHIDRO, ampliando agilidade, eficácia e transparência;
- Desenvolver indicadores voltados a demonstrar a eficácia dos investimentos do FEHIDRO e os resultados alcançados.

#### *4.4. Comunicação e articulação*

- Estruturar plano de comunicação, incluindo campanhas que evidenciem o valor e a importância da água, como se dá sua gestão para o cotidiano da população paulista, bem como demonstrem a importância da água no desenvolvimento sustentável;
- Promover ações em apoio à mobilização de Prefeitos e Deputados para fortalecer sua participação nas discussões e decisões no âmbito do SIGRH;
- Criar espaço institucional voltado à integração das políticas setoriais relacionadas à gestão das águas, com a participação das Secretarias de Estado;
- Adotar linguagem clara, apropriada e acessível a todos e a promoção da educomunicação como estratégias de comunicação para a sociedade.